

# Princípios do direito penal

▷ **PRINCÍPIO DA LEGALIDADE OU RESERVA LEGAL:** uma das garantias que decorre desse princípio é a segurança jurídica, com o intuito de que eles saibam de maneira antecipada as condutas que configuram crime e dessa forma podendo evitá-las.

- \* não se pune condutas que não são previstas na lei como crime.

- \* não há crime sem lei anterior que o defina

O princípio da legalidade se manifesta a partir de:

- Lex Praevia: necessidade de lei anterior ao fato.

- ↳ norma penal em branco: somente será crime conduta praticada depois da entrada em vigor da norma complementar.

- ↳ irretroatividade é igualmente aplicada às normas de execução penal.

- Lex Scripta: proibição de costume incriminador, ou seja, costumes e atos normativos distintos da lei escrita não podem ser utilizados p/ criminalizar ou agravar penas.

- Lex Stricta: proibição de analogia in malam partem, ou seja, a analogia não pode ser usada p/ tornar punível uma conduta que não é crime.

- ↳ permite a analogia in bonam partem

- Lex certa: proibição de penas / tipos penais indeterminados. O tipo penal deve ser claro e preciso, possibilitando que todas as pessoas compreendam.

▷ **PRINCÍPIO DA EXCLUSIVA PROTEÇÃO DE BENS JURÍDICOS:** a principal função do D. Penal é a tutela de bens jurídicos, ou seja, de interesses ou valores jurídicos dignos de proteção penal. Com esse



princípio, resta proibida a criminalização de meras imoralidades, ideologias, crenças pessoais ou religiosas, pois a norma penal pode ser criada pl proteger valores que interessam ao Direito Penal.

↳ também tem a tarefa de limitar a atividade legislativa.

▷ **PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA:** o D. Penal deve ser guardado pl situações de extrema gravidade, quando o bem jurídico esteja em perigo e que outros ramos do direito não possam protegê-lo.

↳ **princípio da fragmentariedade:** o D. Penal somente deve intervir quando houver ataques intoleráveis a bem jurídico relevante.

↳ **princípio da subsidiariedade:** o D. Penal deve intervir quando outros ramos não forem capaz de resolver de forma satisfatória o conflito.

▷ **PRINCÍPIO DA OFENSIVIDADE ou LESIVIDADE:** não há crime sem ofensa ou exposição a perigo de um bem jurídico.

↳ **funções do princípio:**

- proibir a incriminação de uma atitude interna, como ideias, convicções, aspirações e desejos dos homens, deste modo, não se pune a cogitação e atos preparatórios do crime.

- proibir a incriminação de uma conduta que não exceda o âmbito do próprio autor.

- proibição da incriminação de simples estados ou condições existenciais. A pessoa deve ser punida pela prática de uma conduta ofensiva a bem jurídico.

- proibir a incriminação de condutas desviadas que não causem



dano ou perigo de dano a qualquer bem jurídico.

▷ PRINCÍPIO DA ALTERIDADE OU TRANSCENDÊNCIA: a lesão ou exposição a perigo deve ser dirigida a bem jurídico de terceiro, e não a bem jurídico do próprio agente.

▷ PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE: a responsabilização criminal somente ocorrerá quando a conduta do agente for reprovável, ou seja, subjetivamente desvalorosa.

↳ decorrem 3 consequências:

- não se admite a responsabilidade penal objetiva, ou seja, somente poderá ser punido o agente que tenha atuado com dolo ou culpa.

- o comportamento do agente